

**BRASA IX - Tulane University, New Orleans, Louisiana, 27-29
March 2008**

Panel: Community, State, and Responsibility

**Strategic Corporate Social Responsibility in Public
Policies in Brazil: The Case of Health**

Maria Alice Nunes Costa*

Abstract:

This article has as objective to present the relation between the current phenomenon of the corporate social responsibility and its relation with the State in the promotion of social policies. We have as example, some cases in Brazil, where the State starts to encourage companies to make social private investment. This is a new way of public administration that praises the co-responsibility and corporate solidarity with the social development of the country.

Resumo:

Este artigo tem como objetivo apresentar a relação existente entre o atual fenômeno da responsabilidade social das empresas e sua relação com o Estado na promoção de políticas sociais. Temos como exemplo, alguns casos no Brasil, onde o Estado começa a incentivar as empresas a fazer investimento social privado. Esta é uma nova forma de administração pública que incentiva a co-responsabilidade corporativa e solidariedade para com o desenvolvimento social do país.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar a relação entre o atual fenômeno da responsabilidade social empresarial e o papel do Estado na promoção de políticas sociais, através da proposição ideológica de ampliação ou do alargamento da solidariedade social.

Quando antes, esta solidariedade estava centrada na compulsoriedade do Estado; hoje, o próprio poder público incentiva a coexistência de outra forma de solidariedade - a voluntária – para contribuir na geração de políticas sociais.

Contudo, a institucionalização da solidariedade via segurança social estatal, no Brasil, nunca atingiu a sua plenitude. Como afirma o cientista político Wanderley G. dos Santos, pelo fato do Estado de bem estar social brasileiro ter sido limitado e excludente

* A autora é socióloga e cientista política brasileira, doutora em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ) e, investigadora no âmbito do Pós-Doutoramento do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. Contato: alicecosta.ri@uol.com.br

criou-se um estado de natureza em sentido hobbesiano, em que cada qual administra seus problemas por conta própria (W. G. Santos, 1993). Ou seja, a administração dos problemas cotidianos teve que ser gerida, na maioria das vezes, pelas redes de solidariedade familiar e comunitária. O sociólogo Boaventura de Sousa Santos (1995) afirma que, atualmente, esta solidariedade comunitária tem-se tornado mais formal e abstrata, ultrapassando a esfera doméstica e se institucionalizando, como por exemplo, através da expansão das organizações não-governamentais ou instituições de solidariedade social.

Desta forma, passamos a observar a proposta de reformulação do papel do Estado, no que diz respeito à promoção do bem estar social, através da execução de parceria com outros setores da sociedade. Em especial, nos anos 1990, surge a concepção de governança (*governance*), com o intuito de ampliar o conceito estritamente econômico de gestão pública, para alcançar uma visão mais abrangente que envolva, interdisciplinarmente, as dimensões econômica, política e social, no sentido de aumentar a capacidade do governo, através da co-responsabilidade individual.

Para B. S. Santos (2005), esta *governance*¹ é resultado de várias perspectivas quanto à crise do Estado. A compreensão da crise da legitimidade, nos anos 70, pautava-se pela idéia de que a crise era derivada do descontentamento dos grupos excluídos e, portanto, a solução era transformar o Estado e aumentar a participação popular. Nos anos 80, a crise da legitimidade foi convertida em crise da governabilidade, na medida em que o Estado aparece como sobrecarregado de demandas sociais. Esta visão liberal da crise da democracia gerou o receituário neoliberal, já demasiadamente conhecido: privatização, liberalização e transformação dos serviços/bens públicos em mercadorias.

Para Manuel Castells (2001: 150), a crescente falta de operacionalidade do Estado para resolver os problemas no contexto da globalização (fluxos globais de capital, de comércio, de gestão, de informação, da rede complexa do crime organizado, problemas ambientais, da insegurança cidadã) criou uma crise de confiança e

¹ No Brasil, o termo *governance* foi traduzido por *governança* e, em Portugal por *governação*. O termo *governance* foi introduzido no debate político internacional a partir do Banco Mundial, que o define como “o modo como o poder é exercido na gestão dos recursos econômicos e sociais de um país com vista ao desenvolvimento”. A noção de boa governança (*good governance*), do Banco Mundial, vem intrinsecamente associada à capacidade governativa e passa a ser requisito indispensável para um desenvolvimento sustentável, incorporando ao crescimento econômico, a equidade social e os direitos humanos (World Bank, 1992: 1-3; tradução livre da autora). Para Boaventura de Sousa Santos (2005), esta *governance* é um modo de regulação pós-estatal, inserida na matriz neoliberal da globalização hegemônica, que ele denomina de “matriz de governação neoliberal”. Este texto citado de Santos foi originalmente escrito em inglês com o termo *governance*; contudo, em outros trabalhos em português, o autor utiliza o termo *governação*.

legitimidade em boa parte da população em quase todos os países. A partir da crise da legitimidade do Estado e de suas instituições, surge uma nova forma de Estado que Castells denomina de Estado-rede. Esta fórmula é o sucedâneo do Estado nacional em crise com problemas de administração pública e gestão política. Para que o Estado resgate sua legitimidade, ele precisa então adaptar sua forma de regulação, pois – como afirma Castells – “a pior forma de descontrole é manter vigente o que não se pode aplicar” (2001: 156).

Ao constatar que, na contemporaneidade, nem o mercado, nem o Estado, nem a comunidade têm sido capazes de garantir a regulação social em situação de tamanha volatilidade, Santos (1999) acredita que estamos num impasse ético: a “microética liberal” não foi ainda substituída por uma “macroética” capaz de conceber a responsabilidade da humanidade pelas conseqüências das ações coletivas ao nível da escala planetária. Se há a percepção de que não há saída para a situação social, há pelo menos a possibilidade realista de imaginar uma situação radicalmente nova. Ou seja, uma nova idéia de solidariedade, simultaneamente concreta e planetária (Santos, 1999: 93). O problema é saber como determinar a correspondência entre a cota-parte de responsabilidade e solidariedade partilhada e a cota-parte das conseqüências a partilhar. Para Santos (2001), essas cotas raramente coincidem, na medida em que as conseqüências mais negativas tendem a atingir prioritariamente as populações e os grupos sociais com menor responsabilidade na concepção das ações que a provocaram (2000: 104-106).

Nesse processo contemporâneo de mudanças na forma de atuar a solidariedade do Estado, encontramos empresários interessados em promover ações de cunho social em comunidades, sob o manto da Responsabilidade Social das Empresas (RSE).

Nesse sentido, o conceito de empresa deve ser revisto. Mesmo pertencendo ao espaço da produção e representando interesses do mercado, a empresa não é mercado (Hodgson,1994; Bernoux,1995; Kirschner,1998). É uma instituição social que gera valores e regras numa dinâmica interconectada com a realidade social de comunidades, principalmente ao seu entorno, através de um modelo de racionalidade fora do mercado, em que o importante não é o jogo dos atores sociais, mas sim a ligação entre eles. Portanto, este trabalho entende a empresa como uma micro-comunidade, na medida em que faz parte de uma rede de laços contratuais criada por ela mesma. Isto não quer dizer que as empresas capitalistas sejam instituições de beneficência e filantropia. Hodgson (1994: 212) afirma é que alguns elementos extracontratuais, como a lealdade e a confiança (mesmo que pequena), são

essenciais ao funcionamento da empresa, pois propiciam estabilidade interna para conviver em ambiente de incerteza e riscos inquantificáveis.

Desta forma, a expansão no discurso e na prática da responsabilidade social empresarial para com comunidades desfavorecidas é um outro pólo da transcodificação da solidariedade comunitária. Este pólo faz parte das mudanças empreendidas pelo empresariado na forma dele atuar frente aos problemas sociais. A fábrica deixou de ser o catalizador das revoltas urbanas. Até os anos 70, a maioria das práticas sociais empresariais ou estavam ligadas a motivações religiosas ou circunscritas no espaço das relações entre capital e trabalho, a partir da idéia de que ações sociais direcionadas aos operários poderiam gerar relações de fidelidade entre patrão e empregado e harmonia nessas relações sociais conflituosas e inerentemente contraditórias.

Não podemos negar o término dessas motivações. Contudo, hoje, são as condições de vida urbanas no Brasil (desemprego, pobreza, desigualdade social, inacessibilidade dos equipamentos sociais e a violência), e não mais as *condições* de trabalho, que se tornaram uma das principais arenas de expansão ou contração da cidadania. Desta forma, quando as empresas atuam socialmente, ampliam o foco para comunidades, em especial aquelas ao entorno de sua atividade econômica. Enquanto, no passado, o discurso das empresas incorporava valores de obediência, ordem e disciplina no interior da fábrica, hoje, algumas empresas passaram a valorizar o *discurso* da idéia de responsabilidade para com os trabalhadores, suas famílias e a sociedade.

Portanto, o que nos interessa analisar é o atual *modos operanti* do Estado em parceria com empresas autointituladas como socialmente responsáveis. O desenvolvimento da capacidade gestora do Estado passa então a se dar através de uma nova proposição: a parceria público-privada. Sua viabilização requer um aporte de redes humanas e organizacionais que permitam agregar diferentes competências e recursos. Implica em uma estruturação descentralizada do sistema de gestão, fundado na cooperação e na partilha de informações. Desta forma, iremos observar a relação de uma agência de desenvolvimento econômico estatal – o BNDES - induzindo a parceria de empresas privadas na promoção do desenvolvimento social.

1. A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Ações sociais realizadas pelos empresários não são nenhuma novidade. Contudo, hoje, o tema está em grande expansão, adquiriu termo próprio (*corporate*

social responsibility) e, internacionalmente, as regras e diretrizes da RSE estão sendo repensadas por empresas e organizações sociais para a elaboração da ISO 26000.²

Ações coletivas visando à caridade, envolvendo o Estado e o empresariado já apareciam no século XVIII e XIX, na busca de desarmar potenciais antagonismos decorrentes da pobreza. A intervenção social empresarial, nesta época, expressava-se através da caridade pontual de beneméritos como forma de governar a miséria.

Como observou Bronislaw Geremek (1986), tanto o discurso filantrópico, presente desde o século XIX na Europa, quanto o da Igreja Católica encaravam o problema da pobreza como algo degradante, o que levou a atitudes de piedade e caridade. Neste período, a filantropia fundamentava-se na beneficência individual e na idéia de que a ajuda aos pobres deveria vir da iniciativa particular, inspirada por motivações mais elevadas do que as que movem a assistência estatal. Conforme o autor, tratava-se da *laicização do mandamento do amor ao próximo*. E acrescenta: “a atividade filantrópica, traduzindo o desejo humanitário de socorrer outrem, permite que o benfeitor mostre a sua riqueza e afirme publicamente o seu prestígio social” (Geremek, 1986: 16).

A responsabilidade social empresarial, hoje, tenta ampliar-se em relação à filantropia na medida em que mostra que deve ser uma estratégia de negócio, com gerenciamento operacional, planejamento definido e com departamentos específicos dentro da empresa para desenvolver os projetos, implementá-los e controlar os resultados. É o que os norte-americanos já batizaram de *strategic giving*, ou doação estratégica.

Voltada ao público interno de uma empresa, a responsabilidade social empresarial pressupõe um modelo de gestão participativa e de reconhecimento dos empregados, no intuito de motivá-los a um desempenho ótimo que aumente a produtividade corporativa. Envolve, por exemplo, projetos de qualidade de vida; a busca de condições favoráveis no ambiente de trabalho; o fornecimento de cesta básica de alimentos; a criação de condições de segurança; planos de saúde; plano de cargos e salários; qualificação profissional, etc. Além disso, a responsabilidade social das empresas tem aparecido através de programas de voluntariado, nos quais participam seus empregados, fornecedores e demais parceiros (stakeholders).

A responsabilidade social empresarial externa às empresas destina-se a programas ambientais de desenvolvimento sustentável e de projetos comunitários

² Representantes de mais de 70 países participam do processo de construção da ISO 26000, com publicação prevista para 2010. O diferencial dessa ISO (International Organization for Standardization), comparando com as normas das séries 9000 e 14000, é que esta não será certificável, ou seja, ela servirá apenas como um guia de diretrizes e não para conseguir selos e certificados de responsabilidade sócio-ambiental pelas organizações. É uma ISO da Responsabilidade Social Empresarial (RSE).

desenvolvidos pelas empresas através de parcerias com o governo, com ONGs e com a população organizada de comunidades de baixa renda. Esta última modalidade se desenvolve nos anos 90 e adquire o termo de investimento social privado no Brasil.

As empresas – por mais paradoxal que pareça ser diante do fortalecimento do mercado – passaram a ter que enfrentar desafios éticos no que respeita à dimensão econômica, ambiental e social dos negócios. Necessitam, assim, de se articular com governos e com comunidades através do discurso normativo da responsabilidade social empresarial, como matriz orientadora estratégica para se manterem num mercado altamente competitivo e com uma regulação social estatal em processo de mudanças.

Contudo, nem todas as empresas adotam a proposta da responsabilidade social empresarial seja no discurso e/ou na prática. A opção, muitas vezes, refere-se ao porte da empresa, na medida em que as grandes são as que demonstram capacidade tecnológica e econômica para empreender inovações no campo gerencial.

Como afirma Comte-Sponville (2005), a moral tem-se tornado desde os anos 80 um tema da moda. Este fato não significa necessariamente que as pessoas e as empresas se tenham tornado mais virtuosas, mas esse retorno da moral na primeira linha dos discursos e das preocupações já é um fenômeno que merece ser levado em conta.

Em última instância, a motivação empresarial pela responsabilidade social e pelo investimento social pode ser justificado pela emergência de um “*novo espírito do capitalismo*”, como afirmam Boltanski e Chiappello (2002). Os autores investigam as atuais mudanças ideológicas que têm se feito acompanhar das recentes transformações do capitalismo. Se a lógica e as condutas são outras, importa perceber a (re) construção deste espírito capitalista que se desenvolve, pois é este espírito que expressa a justificativa ideológica do compromisso com o capitalismo.

Os autores apontam que um dos traços do capitalismo é a busca constante por adeptos ao sistema para legitimar-se perante estes. Isto coloca a questão de como conseguir a adesão e a legitimação se, para a grande maioria das pessoas, “não lhe é atribuída mais do que uma responsabilidade ínfima (...) no processo global de acumulação, de modo que se mostram pouco motivadas a comprometer-se com as práticas capitalistas, quando não se mostram diretamente hostis a elas “ (2002, p. 41).

Portanto, caberia ao espírito do capitalismo de cada época “apaziguar a inquietação suscitada pelas seguintes questões”:

De que maneira pode o compromisso com o processo de acumulação capitalista ser uma fonte de entusiasmo inclusive para aqueles que não serão os primeiros a se aproveitarem dos benefícios realizados? Em que medida, aqueles inscritos no cosmo capitalista, podem ter a garantia de segurança mínima para eles e seus filhos? Como justificar, em termos do bem-comum, a participação da empresa capitalista e defendê-la,

frente às acusações de injustiças (BOLTANSKI; CHIAVELLO, 2002, p. 56, tradução da autora).

Para os autores, o capitalismo busca fora de si os valores que necessita para garantir sua legitimidade no sistema social. Desta forma, apodera-se “das crenças que desfrutam, em uma época determinada, de um importante poder de persuasão” considerando “as ideologias mais importantes, inclusive aquelas que lhe são hostis - que se encontram inscritas no contexto cultural no qual se desenvolve” (BOLTANSKI; CHIAVELLO, 2002, p. 61). Nesta busca por argumentos orientados ao bem comum, o capitalismo se apropria dos argumentos da crítica: “O capitalismo não pode prescindir de uma orientação para o bem comum da qual extrai as razões pelas quais vale à pena aderir a ele. No entanto, sua indiferença normativa impede que o espírito do capitalismo seja gerado a partir dos seus próprios recursos. Deste modo, o capitalismo necessita da ajuda de seus inimigos, aqueles que se indignam e se opõem a ele, para encontrar os pontos de apoio morais que lhe faltam, e incorporar dispositivos de justiça, elemento sem os quais não disporia da menor propriedade” (idem, p. 7).

Boltanski e Chiapello identificam três espíritos, cada qual com sua própria argumentação do que é o “bem-comum”: um no final do século XIX, onde essas argumentações giravam em torno do papel do progresso, da técnica e da ciência; outro a partir dos anos 30, com a emergência das grandes corporações, onde a justificativa se apoiava na “solidariedade institucional, da distribuição do consumo, assim como na colaboração entre as grandes firmas e o Estado em uma perspectiva de justiça social” (2002, p. 58-59). E o terceiro espírito que, para Boltanski e Chiapello, foi posto em marcha a partir do movimento de Maio de 68. Nesta fase se critica o capitalismo pela produção em massa, por suas grandes organizações burocráticas, hierárquicas, e pela falta de liberdade e de criatividade à qual as pessoas eram sujeitas. Contudo, não imaginavam que suas críticas seriam incorporadas ao capitalismo e iriam impulsionar o surgimento de um outro modelo mais relacional com os indivíduos.

Como afirmam Boltanski e Chiapello, é nos anos 90, que o capitalismo absorve a “crítica artística” produzida dos anos 60 e, passa a adotar as idéias de empreendedorismo criativo e autêntico neste novo capitalismo mais relacional, pois para os autores

é, precisamente, o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar esta ordem e a manter, legitimando os modos de ação e as disposições que são coerentes com ele (BOLTANSKI; CHIAVELLO, 2002, p. 46).

O tema da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) está em “moda”, tanto no ambiente empresarial quanto no mundo acadêmico e na mídia e, por esta razão mover-se nele é adentrarmos em campo movediço e de batalha, na medida em que ele carrega tensões e, portanto, está longe de ser consensual. Alguns trabalhos mostram uma multiplicidade de definições e práticas empresariais que, muitas vezes, são contraditórias, incongruentes e divergentes. Além de não haver homogeneidade no pensamento empresarial sobre o que seja responsabilidade social empresarial, este movimento, dirigido pelas empresas, está impregnado de retóricas, discursos e ideologias. E, por estar em pleno curso e em ebulição, torna-se difícil fechar um conceito definitivo de responsabilidade social empresarial.

Não tem sido tarefa fácil para as empresas categorizar ou quantificar os benefícios quando adotam ações de responsabilidade social; no entanto, as gestões se debatem sobre quais seriam os resultados organizacionais se tais ações não fossem desencadeadas. Neste cálculo está em jogo sua contribuição para manter o equilíbrio social na minimização dos conflitos sociais e, sua reputação política perante o Estado e à sociedade.

A noção de risco social e ambiental está no centro do interesse da idéia da responsabilidade social. A abordagem sustentável prevê uma alteração do mapa de riscos e integração da sua prevenção.

Prevenir os riscos de poluição pode tornar-se mais rentável que o dever de pagar pelas suas conseqüências; contudo, isto é avaliado pelas empresas dentro do cenário da complexidade política e tecnológica. Prevenir os riscos de reputação é menos dispendioso que assumir conseqüências financeiras e sociais de uma rejeição por parte dos consumidores. Prevenir os riscos sociais é menos dispendioso que o preço dos conflitos sociais, da desmotivação dos grupos de trabalho ou da incapacidade de atrair e manter competências. Uma empresa que é transparente e responsiva com as relações profissionais, de segurança dos produtos e com a sociedade obtém vantagens de rentabilidade levadas a sua imagem reputacional. Esses fatores podem ser uma alavanca para a adoção da política de gestão em responsabilidade social empresarial. Muitos concordam que a escolha da RSE não torna a empresa menos competitiva que os seus concorrentes: a médio e longo prazo, esta responsabilidade pode mesmo constituir uma vantagem de competitividade acrescida; ou seja, as ações que numa primeira abordagem podem parecer dispendiosas, revelam-se rentáveis com a continuidade.

No campo do debate econômico mais recente contrário à responsabilidade social empresarial, temos David Henderson (2001). Com seu livro *Misguided Virtue:*

false notions of Corporate Social Responsibility colocou uma crítica severa em relação à responsabilidade social empresarial argumentando que, embora os “doutrinadores” da RSE pretendam que ela confira ao capitalismo uma “face humana” e proporcione às empresas o seu desenvolvimento sustentável, os efeitos podem ser contraproducentes.

Para o autor, a RSE é uma doutrina radical, quer no que afirma, quer nas conseqüências que pode suscitar. Ele acredita que se ela fosse globalmente adotada e colocada em prática, poderia ter implicações profundas na condução dos negócios empresariais e no funcionamento e no desempenho do sistema econômico. Os seus efeitos possíveis não se confinam às fronteiras nacionais: extravasam para o investimento e o comércio internacionais, para as perspectivas de desenvolvimento dos países em desenvolvimento e mesmo para a condução da política (HENDERSON, 2001: 26-36).

Em resumo, de acordo com a fórmula clássica, a função do setor privado é realizar sua vocação natural: gerar dividendos para investidores e acionistas, contribuir para o crescimento econômico, criar empregos e fornecer bens e serviços ao mercado. E não há nada de errado nisso, desde que, na consecução de suas atividades, as empresas cumpram com as exigências legais de pagamento de impostos e benefícios trabalhistas, evitem práticas de corrupção e suborno, mantenham auditoria transparente e responsável de seus lucros.

Contudo, atualmente, além de suas atividades naturais de obtenção de lucro imediato, as empresas têm sido impelidas a fazer mais, a demonstrar que são socialmente responsáveis. Elas, hoje, ultrapassam os muros das fábricas e precisam mostrar que têm compromisso como o desenvolvimento nacional com base em padrões internacionais de sustentabilidade social e ambiental.

Algumas empresas brasileiras passaram a criar fundações e institutos na busca por uma nova natureza que transcenda sua busca pelo lucro. São investimentos feitos em iniciativas sociais para beneficiários externos às empresas que têm se dado, de forma geral, em três áreas distintas: a) apoio a programas de governo; b) difusão de melhores práticas (*best practices*); c) provisão de serviços; entre outras atividades.

A despeito do seu significado político ou da real mudança social produzida, este tipo de empreendimento social tem se mostrado como uma nova fórmula organizacional para a produção do bem comum, em especial na área da assistência social.

Parece ser uma diferente face da capacidade organizativa das empresas, que surge como alternativa à crise do sistema de solidariedade universal compulsória, desenvolvida e financiada pelo Estado. Mesmo que ações de responsabilidade social

empresarial ainda sejam incipientes e realizadas através de ações pontuais, têm-se mostrado determinantes no processo de mobilização da responsabilidade das empresas para com a sociedade, ao lado das ações sociais comunitárias de organizações não-governamentais.

2. GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A globalização e o esgotamento do modelo de desenvolvimento instaurado no pós-guerra propiciaram a aplicação de políticas de ajuste econômico, no sentido de minimizar o papel do Estado como ator exclusivo pelo bem-estar social.

Dentre as políticas de ajuste e reforma do Estado, destaca-se uma nova forma de gestão pública. O Estado em reestruturação supõe novas formas de administração pública, que transformam a antiga visão *estadocêntrica* em uma nova racionalidade para incrementar a força e a eficácia do Estado – a visão *sociocêntrica*. A estratégia agora é rever o papel do Estado e suas relações com a sociedade.

A partir da crise da legitimidade do Estado e de suas instituições, surge uma nova forma de Estado que Castells denomina de Estado-rede. Esta fórmula é o sucedâneo ao Estado nacional em crise com problemas de administração pública e gestão política. Apesar de ter perdido parte da soberania econômica nacional frente à globalização financeira, o Estado não perdeu a sua capacidade de ação e de intervenção, como representante político e de agente da solidariedade social. Os Estados nacionais continuam sendo também um agente importante na indução do desenvolvimento (CASTELLS, p. 151).

Observamos que no Brasil, o modelo de descentralização das políticas sociais aparece como estratégia inovadora na tentativa de revigorar o Estado e minimizar a crise de gestão quanto à ineficiência das políticas públicas. O Estado tem valorizado poderes locais e promove arranjos de participação social na gestão pública, notadamente nas áreas de saúde e educação.

Para viabilizar o processo de descentralização é necessário atender a requisitos prévios: a especialização organizacional; a criação de agências autônomas ou semi-autônomas para desempenhar funções da administração pública; modificações dos estatutos de hospitais, de escolas para aumentar sua autonomia financeira e administrativa; e a desregulação de certos setores do serviço público, até então, monopolizados pelo Estado (GRAU, 1998, p. 220).

Para Santos (1998), a nova contratualidade das relações sociais tem pouco a ver com a que foi fundada na modernidade por três razões. A primeira, é que o Estado, hoje, tem a intervenção mais reduzida, na medida em que se trata de uma contratualização liberal e individualista. Em segundo lugar, esta nova contratualização não tem qualquer estabilidade, podendo ser denunciada a qualquer momento por qualquer das partes. Em terceiro lugar, a contratualização liberal não reconhece o conflito e a luta como elementos estruturais do combate (p. 22-23). Para Santos, a

contratualização das relações sociais, enquanto contratualização social, [é] um falso contrato, uma mera aparência de compromisso constituído por condições impostas sem discussão ao parceiro mais fraco no contrato, condições tão onerosas quanto inescapáveis. Sob a aparência do contrato, a nova contratualização configura a reemergência do status (...). O status é agora apenas o efeito da enorme desigualdade de poder econômico entre as partes do contrato individual e na capacidade que tal desigualdade dá à parte mais forte para impor sem discussão as condições que lhe são mais favoráveis (SANTOS, 1998, p. 23).

Para Santos (1998) e Rosanvallon (1998), a crise do Estado-Providência é, na verdade, a crise da contratualização entre Estado e sociedade. Nesse sentido, os autores defendem que, frente aos atuais desafios seria necessário um novo contrato social em que o deveria associar a democracia representativa à democracia participativa, abrindo espaço para a fiscalização participativa da sociedade em relação ao Estado.

Na atual reengenharia do Estado observamos a proposta neoliberal de desmonte do projeto da atividade social estatal como ator central. Na reformulação da solidariedade e das responsabilidades no trato da “questão social”, surge a idéia de uma coordenação nova e de parcerias como solução de problemas.

Lechner (1987) acredita que a coordenação via redes parece resolver o aspecto da regulação social. Para o autor, a coordenação social realizada via Estado ou via mercado ou por redes não elimina a forma anterior de regulação social. No novo coexistem combinações antigas com novas formas de intervir no social. Contudo, a possibilidade do novo é um bom sinal para revermos a Reforma do Estado brasileiro em relação ao tema da coordenação social.

3. BNDES E RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

O envolvimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com questões sociais vem dos anos 80, quando ele acrescentou o “S” (de Social) à sigla BNDE em 1982. Criado em 1952 e vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o BNDE teve inicialmente como objetivo o fomento ao desenvolvimento econômico nacional.

A interlocução social com a iniciativa privada levou o Banco a fomentar e alavancar melhorias sociais na composição e avaliação dos empreendimentos em outros setores produtivos.

Em 1996, o BNDES criou a Área de Desenvolvimento Social para financiar projetos relacionados aos setores sociais básicos como saúde, educação, geração de renda e trabalho, e modernização do setor público. Em 1997, o Banco criou o Fundo Social, com investimento de 1% de seu lucro líquido, para ampliar o escopo de atuação desta Área e fornecer apoio financeiro não-reembolsável a projetos direcionados às populações de baixa renda, no sentido de contribuir para a universalização do acesso aos serviços públicos.

Também, em 1997, foi criado o Programa de Apoio a Crianças e Jovens em Situação de Risco Social com os recursos provenientes do Fundo Social. Este programa, de acordo com o BNDES, surgiu da necessidade de dar uma aplicação prática ao que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Desta forma, este Programa passou a identificar experiências estruturadas, com parcerias estabelecidas e reconhecidas pelos resultados alcançados para que viessem servir de exemplo, referência e inspiração para iniciativas semelhantes.

No Governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), a atuação do BNDES na área da saúde visava contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, através do financiamento a projetos inovadores, reconhecidos por seus resultados e com possibilidade de adoção pelo SUS. Nessa perspectiva, foram financiados projetos cujas atividades são complementares aos serviços médico-hospitalares públicos, com ações de apoio social, definidas a partir de um conceito amplo de saúde, com a intenção de propiciar melhor acesso e maior efetividade ao sistema público de saúde.

A ação do BNDES na área da saúde se realizou, desde o início, em estreita articulação com o Ministério da Saúde. A aproximação com o ministério objetivou fortalecer a atuação do setor público na consolidação do SUS e desdobrou-se num primeiro protocolo, celebrado em Março de 1998, visando o apoio do Banco aos investimentos hospitalares filantrópicos integrantes ao SUS.

Em 1997 o BNDES apoiou o prêmio de Projetos Sociais, patrocinado pela Fundação Ford, juntamente com a Fundação Getúlio Vargas (Prêmio Ford-FGV de Gestão Pública e Cidadania). Este Prêmio iniciou-se em 1996, com o objetivo de reconhecer alternativas inovadoras no tratamento de questões sociais, através da idéia de detectar e fomentar as melhores práticas de iniciativas de governos subnacionais (estados e municípios). Um dos projetos premiados neste ano foi o Projeto Método Mãe-Canguru, desenvolvido pelo IMIP/Recife e ganhou grande visibilidade.

No âmbito dessa agenda, foram promovidos, na sede do Banco, no Rio de Janeiro, os seminários “Empresas e Investimentos Sociais”, em outubro de 1999 e em 2001, de abrangência nacional, sobre o tema da responsabilidade social empresarial e dos investimentos sociais privados com finalidades públicas. Esses eventos reuniram instituições acadêmicas, grandes e médias empresas com experiências em ações sociais, representantes do governo federal e associações empresariais que lideravam o debate sobre o tema no país.

O Plano Estratégico do BNDES para o período de 2000-2005 incluiu o fomento ao exercício da responsabilidade social empresarial como um dos seus princípios de atuação. Assim, visando implementar essa diretriz de atuação, e dando sequência à agenda de trabalho desenvolvida desde 1999, a área social do Banco, ao longo de 2002, coordenou ampla discussão sobre a política de crédito a projetos sociais. Os debates, no âmbito do Comitê de Crédito, tiveram por objetivo definir os principais parâmetros para análise do perfil das empresas em termos de responsabilidade social, bem como os critérios para incentivo e financiamento de investimentos sociais.

Como resultado deste debate, criou-se uma carteira de financiamentos para a expansão e modernização produtiva, com empréstimos associados à realização de investimentos que visam ao desenvolvimento social e comunitário, sem fins lucrativos e em benefício público. O BNDES concedia o financiamento à produção da empresa e, nesta mesma operação, fornecia outro financiamento para a empresa desenvolver projetos sociais e políticas públicas em articulação com o poder público e a sociedade organizada. Essa carteira, até julho de 2002, contabilizou 34 operações e subcréditos sociais no valor de aproximadamente R\$ 55 milhões (BNDES Social nº 7, 2002).

Em outubro de 2002, a carteira de investimentos de Desenvolvimento Social do BNDES, somava R\$ 2,8 bilhões. Em relação aos desembolsos para a Área de Desenvolvimento Social no período de 1999-2002, o BNDES aponta a seguinte evolução, em milhões: em 1999 foi de R\$ 644; em 2000 de R\$ 984; em 2001 de R\$ 788, e em 2002 de R\$ 711. O crescente interesse por projetos sociais tem contado com recursos do Orçamento Geral da União, da Caixa Econômica Federal (CEF), e de

organismos multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (BNDES Social nº 7, 2002).

Em dezembro de 2003, já no governo Lula foi lançado o Programa PAIS (Programa de Apoio a Investimentos Sociais de Empresas), com o objetivo de financiar projetos sociais de empresas voltados para comunidades carentes, ou socialmente vulneráveis, e projetos para inclusão de pessoas portadoras de deficiência. Contudo, conforme relato de um técnico do BNDES, que prefere não ser identificado, o PAIS, até setembro de 2005, só realizou um projeto para pessoas portadoras de deficiência.

A partir dos diversos programas elaborados para orientar as aplicações do Fundo Social, o BNDES tem apoiado diversos projetos sociais. O financiamento a investimentos em setores sociais é concedido tanto ao setor público, quanto ao setor privado, tendo por objetivo fortalecer as políticas públicas nessas áreas e também o papel do poder público nas tarefas de coordenação, articulação e regulação desses serviços.

O BNDES disponibiliza recursos reembolsáveis e não-reembolsáveis para projetos sociais, visando ao fortalecimento do capital social e institucional que impulse o potencial produtivo existente nas diferentes regiões do país.

Os diversos programas elaborados para orientar as aplicações do Fundo Social têm como objetivo comum apoiar investimentos de projetos inovadores que tenham potencial de exemplaridade e cujas metodologias possam ser sistematizadas e disseminadas, podendo, inclusive, contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas. Temos como exemplo, dois casos distintos que demonstram a maneira como o BNDES está operando seus investimentos na área social: o Projeto Mãe-Canguru, realizado em parceria com o “braço social” do Grupo Orsa – a Fundação Orsa e o Ministério da Saúde; e o Programa de Desenvolvimento Econômico e Social de Serra Pelada, em parceria com a Companhia do vale do Rio Doce.

4. UMA NOVA FORMA DE INTERVIR NO SOCIAL – O APOIO DO BNDES

A) O Projeto Mãe-Canguru

O Método Mãe-Canguru consiste em tratar recém-nascidos prematuros, retirando-os da incubadora, quando saudáveis, e mantê-los pele a pele, com a cabeça próxima ao coração da mãe. Este Método foi criado em 1979 pelos médicos neonatologistas colombianos Héctor Martínez e Edgar Ruy Sanabria, com o objetivo

de reduzir a mortalidade neonatal por infecção hospitalar em Bogotá e diminuir os custos dos cuidados convencionais. Os médicos criaram esta abordagem uma vez que a utilização de tecnologias hospitalares era restrita, devido à dificuldades financeiras.

Estudos mostraram que o Método Mãe Canguru é uma forma segura de assistência ao recém-nascido prematuro, oferece vantagens em relação à assistência convencional, incluindo benefícios sociais, tais como a participação da família e a redução de custos, além de poder ser adaptado a diferentes culturas e tipos de hospitais (BNDES SOCIAL, n.1, 2001).

No Brasil, a experiência pioneira do Método Mãe-Canguru ocorreu no Instituto Materno-Infantil de Pernambuco (IMIP, Recife). Este hospital fundado em 1960, hoje, integra o SUS como hospital filantrópico, atendendo crianças e mulheres de comunidades populares do Recife e de outras regiões do estado.

Em 1994, o IMIP iniciou a utilização do Método Mãe-Canguru nos moldes da Colômbia, com o objetivo de enfrentar uma situação crítica: o número de prematuros e recém-nascidos de baixo peso era maior do que o das incubadoras disponíveis.

Foi através da experiência do Método no IMIP, que o BNDES resolveu articular parceria com a Fundação Orsa para desenvolver o Projeto de disseminação do Método Mãe-Canguru em todo o país. Esta experiência acabou se tornando exitosa, na medida em que se tornou política pública do Ministério da Saúde, transformando-se em programa do governo federal, denominado de *Programa de Atenção ao Recém-Nascido Prematuro e de Baixo Peso*.

Constatadas as qualidades do Método e tendo ganho o interesse do Ministro da Saúde José Serra, o BNDES realizou uma conferência, em Março de 1999, na sua sede do Rio de Janeiro, reunindo mais de 850 representantes das áreas envolvidas na assistência de saúde para recém-nascidos, secretarias estaduais e municipais da saúde, conselhos de pediatria, revistas médicas e grupos organizados de mães (ONG Amigas do Peito), centros universitários, representantes da UNICEF e da Organização Pan-Americana de Saúde (OPS), entre outros. O grande interesse levantado pelo evento deu ao BNDES respaldo para se lançar neste Projeto para tornar o Método Mãe-Canguru um programa disseminado por todo o país.

O Projeto de Disseminação do Método Canguru foi formulado, em dezembro de 1999, por médicos neonatologistas do Ministério da Saúde, contratados pela Fundação Orsa para essa consultoria. Os trabalhos começaram com os recursos da Fundação Orsa (posteriormente reembolsados pelo BNDES) e, somente em 2001, foi assinado o contrato entre o BNDES e a Fundação Orsa.

O BNDES disponibilizou recursos não-reembolsáveis, provenientes do Fundo Social para a implantação do Projeto de Disseminação do Método Canguru pelo Brasil

Foi criado um Comitê Diretivo Estratégico, integrado por representantes do Ministério da Saúde, do BNDES e da Fundação Orsa com o objetivo de definir estratégias e prioridades da execução do projeto. O Comitê deliberava sobre as ações a serem desenvolvidas, considerando os aspectos técnicos, políticos, administrativos, financeiros e de marketing social; definia estratégias de divulgação, eventos, relações com a mídia, bem como a realização de contatos institucionais.

Havia ainda um Comitê Técnico e uma Secretaria de Apoio, esta última sediada na Fundação Orsa. Cabia a este Comitê definir o conteúdo dos materiais, acompanhar sua execução do Projeto e propor atividades e eventos.

O envolvimento do Ministério da Saúde restringia-se ao credenciamento do Método Canguru e ao fornecimento de informações técnicas quanto às diretrizes operacionais e normatização do Método Canguru no Brasil.

A proposta inicial, que constava no contrato de parceria entre a Fundação Orsa e o BNDES, visava multiplicar o Método em 70 hospitais e criar 07 centros de referências. Com o envolvimento do Ministério da Saúde no Projeto de Disseminação, foi possível capacitar 230 hospitais e 1763 profissionais capacitados em dois anos. Pelos cálculos do Ministério da Saúde, em 2004 foram alcançados 590 hospitais; e em novembro de 2005, haviam sido capacitados 5021 profissionais (Entrevista com Catarina Schubert, médica responsável pelo Método Mãe- Canguru, no Rio de Janeiro, em 24/11/2005).

Os investimentos realizados para o Método Mãe-Canguru podem ser visualizados no seguinte quadro:

Investimentos Totais do Método Mãe Canguru 2000-2005 (em reais)

FONTE	2000	2001	2002	2003	2004	2005.out	TOTAL	%
BNDES	46.923	497.701	656.973	192.064	186.176	16.462	1.596.299	41,13 %
M. Saúde	39.045	540.885	966.480	104.400	—	—	1.650.810	42,54%
F. Orsa:	43.000	73.680	133.676	175.431	144.883	63.239	633.809	16,33%
TOTAL	128.968	1.112.166	1.757.129	471.895	331.058	79.701	3.880.917	100,00 %

Fonte: Dados fornecidos pela Fundação Orsa, em novembro de 2005.

No quadro observamos que a Fundação Orsa foi a instituição que menos investiu financeiramente no Projeto de Disseminação. Contudo, Marta Prochnik (BNDES)³ afirmou que o aporte de recursos financeiros da Fundação Orsa foi,

³ Entrevistada pela autora em 08/09/2005.

elemento que, além de retórica, consubstanciou o engajamento da instituição no processo, realmente foi uma parceria.

Em relação ao investimento do Ministério da Saúde, importa uma ressalva. Os valores fornecidos são muito imprecisos. O Ministério da Saúde, através da médica responsável pelo Método Canguru no Brasil⁴, constata a preciosa parceria da Fundação Orsa no Projeto de Disseminação. Contudo, informou que o Ministério da Saúde foi o responsável pela maioria das ações que, financeiramente, somaram aproximadamente um valor de 3 milhões de reais, no período de 2000 à 2003, embora afirma não ter os dados disponíveis, pois se perderam por problemas técnicos no computador do Ministério da Saúde.

Esse investimento do Ministério da Saúde refere-se ao material para capacitação; informática; difusão da metodologia, apoio à capacitação de recursos humanos e viagens dos profissionais para a localidade onde se realizava a capacitação.

Em relação à publicidade do Projeto Mãe-Canguru, um fato surpreende neste caso. A publicidade do Projeto na mídia tem sido marcadamente dirigida à Fundação Orsa, o que chamou a atenção para a seleção deste caso. Apesar do valor investido pelo Ministério da Saúde ter sido consideravelmente superior ao das demais instituições, a projeção publicitária do Projeto Mãe-Canguru ficou a cargo da Fundação Orsa. Ela criou um site do Programa (www.metodomaecanguru.org.br), recebeu o Prêmio Racine em 2002, organizada pelo Grupo Racine⁵ com o objetivo de reconhecer e divulgar em âmbito nacional ações inovadoras na área de saúde no Brasil e recebeu destaque da Revista Exame “Guia da Boa Cidadania Corporativa” (suplemento), como empresa-cidadã, em 2003. O BNDES afirmou que também recebeu o prêmio junto com a Fundação, mas não há como negar que a publicidade foi marcadamente focada na Fundação Orsa.

O que vimos neste caso é que a publicidade da Fundação Orsa possibilitou a construção de uma imagem de que a empresa tem uma atuação social bastante superior ao do Estado. O que na verdade não ocorreu.

No caso observado do Projeto de Disseminação do Método Canguru, a ação empresarial da Fundação Orsa foi de gerenciar a divulgação de um método, garantido pelo Estado, como política pública. Essa ação poderia ser dispensada, pois ela não é um serviço voltado diretamente aos cidadãos. Foi uma estratégia logística. Contudo, a Fundação Orsa se utilizou de uma ação inovadora promovida pelo Estado colocando

⁴ Entrevista com a médica Catarina Schubert, do Ministério da Saúde, responsável pelo Programa de Atenção ao Recém-Nascido de Baixo Peso, conhecido por Método Canguru, em 24/11/2005

⁵ Empresa criada em 1990, voltada para o aperfeiçoamento de profissionais e gestão de empresas da área da saúde.

em risco a autoridade do Ministério da Saúde. Apesar de visualizarmos a importância da parceria com a Fundação Orsa no sentido de agilizar a disseminação de uma metodologia inovadora, a empresa se mostrou como grande agente promotora de bem-estar social, ofuscando o papel do Estado na produção desses serviços.

B) O Programa de Desenvolvimento Econômico e Social de Serra Pelada, Pará.

O Programa de Desenvolvimento Econômico e Social de Serra Pelada foi desenvolvido pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD / VALE) e pelo seu “braço social”, a Fundação Vale do Rio Doce, a partir de 2002. Além do gerenciamento do Programa ter sido realizado pela Fundação Vale do Rio Doce, ele surgiu de uma operação executada entre o BNDES e a CVRD.

Os recursos deste Programa estão vinculados à política estratégica de responsabilidade social empresarial do BNDES, que concedeu financiamento industrial à empresa para a criação da Usina de Pelotização em São Luís (Maranhão)⁶ e associou à operação, o empréstimo para investimentos sociais (subcrédito social) em Serra Pelada, distrito do município de Curionópolis, no sul do Pará, no valor aproximado de R\$ 4,7 milhões⁷.

A motivação para a implementação deste Programa em Serra Pelada surgiu a partir do interesse de geógrafos e demais funcionários da empresa que trabalhavam na vila de Serra Pelada, e constataram a situação de miserabilidade de seus moradores. Anteriormente, a contribuição social da companhia limitava-se à doação de cestas básicas à população da região. Avaliou-se que esta doação não estava gerando nenhuma mudança social e que deveria ser feita uma intervenção mais direta pela CVRD. Envolvida com a idéia de responsabilidade social, a companhia decidiu

⁶ A CVRD produz uma série de produtos siderúrgicos: pelotas, pellet feed, sinter feed, granulado e pellet moído (PMF). O minério bruto é comercializado granulado ou bitolado (acima de 6,3mm); *pellet feed* (de 0 a 0,15mm) e *sinter feed* (entre 0,15 e 6,3mm). Na Usina de Pelotização, o *pellet feed* é transformado em esferas (pelotas), com o tamanho médio de 11,5mm de diâmetro. Esse processo viabiliza o aproveitamento econômico dos finos de minério. No final da década de 1960, a Companhia iniciou a instalação de um complexo de usinas de pelotização em Vitória (ES) e atualmente este complexo é constituído por sete usinas. Em Março de 2002, foi inaugurada a Usina de Pelotização de São Luís (MA), a primeira construída no Sistema Norte, a mais moderna do país e a de maior capacidade. A produção da usina de São Luis visa exportação, principalmente, para a América Central e Oriente Médio. A expectativa é que, com a exportação, haja um incremento de 200 milhões de dólares ao ano na receita cambial brasileira (www.cvrd.com.br).

⁷ O orçamento para os Projetos deste Programa foram ocultados na documentação fornecida pela CVRD. E o BNDES não forneceu por considerar informações confidenciais da CVRD; contudo um técnico do BNDES forneceu este valor e preferiu não ser identificado.

mudar a forma de atuação: de ação assistencialista passou a atuar com investimento social estratégico⁸.

Este Programa consistiu em estabelecer ações de desenvolvimento econômico e social para o povoado de Serra Pelada, envolvendo auto-sustentabilidade, geração de ocupação e renda, participação social, melhoria na saúde e na educação através de três projetos: Educação, Saúde e Assistência Agrícola, para uma população de aproximadamente cinco mil habitantes.

No intuito de estabelecer condições para o desenvolvimento sustentado do povoado de Serra Pelada, seus objetivos foram⁹:

1. Garantir a melhoria das condições de vida da população de Serra Pelada e o desenvolvimento da sua organização e conseqüente autonomia.
2. Promover a melhoria das condições de educação e saúde da população;
3. Incentivar a participação social, por meio da criação de instrumentos de gestão compartilhada.
4. Incentivar a produção e as atividades promotoras de trabalho e geradoras de renda, por meio de arranjos produtivos locais; e

Com essas ações, a CVRD buscava a concretização da política de responsabilidade social exigida pelo BNDES para o financiamento da Usina de Pelotização no Maranhão.

Inicialmente este Programa abrangia a região de Serra Pelada e cobria o período de 2002 a 2004. Ao final de 2004, os coordenadores dos Projetos avaliaram que nem todos os objetivos haviam sido atingidos. Seria necessário reunir esforços para dar maior incremento à mobilização do poder público e da população local, aspectos considerados mais frágeis para o desenvolvimento econômico e social da região de Serra Pelada¹⁰.

O Gerente de Projetos da CVRD afirmou que a proposta de desdobramento do Programa foi apresentada ao BNDES com o objetivo de aportar um novo

⁸ Entrevista realizada com o Gerente de Projetos da Fundação Vale do Rio Doce CVRD, Luciano Medeiros, Rio de Janeiro, no dia 31/10/2005. Ele explica que este investimento social estratégico se refere a uma “política da boa vizinhança”, onde as atividades de mineração geram impactos sociais negativos.

⁹ Material elaborado pela CVRD para apresentar ao BNDES o Programa de Desenvolvimento Econômico e Social a ser desenvolvido em Serra Pelada.

¹⁰ Entrevista realizada com o Gerente de Projetos da CVRD, em 01/11/2005 e com o Coordenador do Projeto de Saúde, Dr. Carlos Corbett, em São Paulo, no dia 10/11/2005.

financiamento para as ações sociais em Serra Pelada. Contudo, a solicitação foi indeferida pelo BNDES, o que ele afirma ter inviabilizado a continuidade do Programa.

Para confrontar esta afirmação, buscamos levantar no BNDES as razões que levaram à negação deste financiamento. O Diretor da Área Social não soube dizer sobre a existência deste pleito pela CVRD e sugeriu que a questão fosse encaminhada para o Setor de Mineração do Banco que tem relações econômicas com a CVRD¹¹. O técnico entrevistado deste setor explicou que o BNDES não faz empréstimos sociais à empresas e, sim aos projetos elaborados por elas, através de financiamentos reembolsáveis. No caso de um projeto social ser recusado pelos critérios adotados pelo BNDES, ele é eliminado dos registros do Banco. Este técnico acha muito improvável que o BNDES tenha negado o financiamento para a continuidade do Programa de Desenvolvimento Econômico e Social, na medida em que a linha de crédito social está aberta às empresas e até mesmo bastante incentivada pelo BNDES.

Este técnico acredita que, por alguma razão, não houve mais interesse da CVRD em continuar este Programa social. Ele supõe que foi uma tomada de decisão estratégica, na medida em que não há mais viabilidade econômica da CVRD atuar em Serra Pelada: o ouro é escasso e seria necessário um grande aporte de recursos financeiros e tecnológicos da empresa, o que não valeria o risco¹².

O Coordenador do Projeto Saúde de Serra Pelada acrescenta que houve divergências políticas entre os diretores da Companhia da região Norte com o do Rio de Janeiro quanto a continuidade do Programa. Ele acredita que os conflitos políticos e sociais existentes em Serra Pelada associados à escassez do ouro podem ter gerado um cálculo empresarial para finalizar a sua intervenção social em Serra Pelada e, deixar a cargo do poder público, a resolução desses problemas.

O próprio Gerente de Projetos da CVRD confirmou que não existe mais ouro na região de Serra Pelada. Além disso, a área ao redor da escavação realizada pelos garimpeiros foi toda danificada, prejudicando a realização de novas pesquisas. Quanto à realização de outras pesquisas minerais na região próxima à Serra Pelada, a CVRD sabe da existência de calcário mas afirmou que este é um projeto a longo prazo.

Resumindo, o Programa de Desenvolvimento Econômico e Social em Serra Pelada foi desenvolvido em três anos, a partir da atuação dos seguintes projetos sociais: o Projeto Educação, que consistiu basicamente na melhoria do desempenho dos alunos da rede pública do ensino fundamental e na capacitação dos profissionais

¹¹ Entrevista com o Diretor da Área Social do BNDES, Sr. Cristóvão Correia, no Rio de Janeiro em 02/09/2005.

¹² Entrevista com um economista do BNDES, em 07/11/2005, que prefere não ser identificado.

das escolas públicas; o Projeto Agrícola, que teve o objetivo de capacitar os produtores locais para o segmento agrícola buscando potencializar os recursos produtivos e geradores de renda da comunidade; e o Projeto Saúde, que além de diagnosticar as condições de saúde da população realizando atendimentos pontuais ambulatoriais, preocupou-se em articular as ações de saúde com os poderes públicos municipais, estaduais e federais.

Quanto ao investimento social empreendido pela CVRD, o Gerente de Projetos da Fundação Vale do Rio Doce afirmou que sua adoção é estratégica, na medida em que o importante é sensibilizar a comunidade na valorização de sua presença e no reconhecimento dela como parte integrante da comunidade. Desta forma, o investimento social estratégico ultrapassa a idéia da empresa como mera doadora de recursos ou de contribuinte tributária. Ele supõe uma intervenção social mais programática. A idéia é orientar a cidade ou seu entorno na aplicação dos recursos visando a melhoria das condições gerais dos municípios. Os interesses da empresa unem-se aos interesses da comunidade para criar condições de desenvolvimento local associado à atividade produtiva da companhia e ao crescimento e desenvolvimento das cidades.

Para este Gerente, os recursos de investimento social privado e os tributos pagos obrigatoriamente, em especial os impostos de concessão para mineração, devem ser alocados no processo de capitalização e desenvolvimento para as cidades onde atua. Esses recursos financeiros geram riqueza para a cidade se forem investidos (pelos gestores públicos locais) em trabalho e capital. Para tanto, reafirma a importância do diálogo com governos e comunidade, no sentido de incentivar, orientar e mudar a cultura política local para que os recursos sejam utilizados da melhor forma possível.

A CVRD hoje tem grande influência no Estado do Pará. Como afirmou o Presidente da CVRD, Roger Agnelli: “A Vale está umbilicalmente ligada ao Pará, que é o berço de seu crescimento”. A recente decisão da empresa de implantar o Pólo Siderúrgico no Maranhão gerou grande descontentamento no Estado do Pará. O governo paraense passou a dificultar a aprovação de licenças ambientais para pesquisas à CVRD, além de surgirem propostas parlamentares para revogar incentivos fiscais à empresa (www.pa.gov.br, acessado em 30/11/2005).

Quanto ao governo local de Curionópolis, o Prefeito Curió acredita que ainda haverá investimentos da CVRD na região e vem propondo a emancipação de Serra Pelada de Curionópolis. Conforme constata Palheta da Silva (2004), municípios paraenses, como Curionópolis, creditam à CVRD toda a viabilidade econômica e

social. Sem a arrecadação tributária e investimentos da empresa na área social esses municípios não têm condições de sozinhos, fomentar o desenvolvimento local.

A divulgação da implantação desses projetos é mera especulação ou fazem parte de estudos à longo prazo. Desta forma, as políticas sociais que são necessárias para a região são deixadas de lado pelo poder público, na expectativa de que um dia elas possam ser executadas pela CVRD.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O investimento social privado em parceria é uma modalidade relativamente nova de gestão desenvolvida a partir dos anos 1990 no Brasil, que nos permite analisar as atuais relações sociais entre Estado, comunidade e empresas na provisão do bem comum.

Observamos que nos dois casos o investimento social privado contou com a presença e significativa parceria do Estado, através do BNDES e do Ministério da Saúde. Portanto, reconhecemos que existe uma forma diferente de intervir no social, reorientada por uma nova lógica do Estado, paralela ao movimento empresarial de intervir no social. Desta forma é possível a título de conclusão, tecer alguns comentários a respeito das tendências atuais sobre a relação entre responsabilidade social empresarial e políticas públicas.

No caso do Método Mãe-Canguru, a prática foi disseminada através de uma rede fechada de instituições: o BNDES, a Fundação Orsa e o Ministério da Saúde. O Projeto foi proposto por um órgão estatal (BNDES), que destinou recursos financeiros não-reembolsáveis à Fundação Orsa; o Ministério da Saúde normatizou as diretrizes técnicas e garantiu que o Método se tornasse política pública governamental. Cada uma dos parceiros viu o Projeto sob ângulos diferentes, exploraram essas diferenças e foram capazes de cooperar estrategicamente no desenvolvimento do Projeto Mãe-Canguru.

O BNDES incentivou e avaliou economicamente a relação custo/benefício do Método Mãe-Canguru; a Fundação Orsa executou a logística de disseminação e o gerenciamento das atividades de capacitação dos profissionais; e o Ministério da Saúde normatizou as diretrizes técnicas do Método e capacitou os profissionais de saúde para adotá-lo. Portanto, o Projeto se desenvolveu através de uma rede estratégica de parceria para operacionalizar e implantar uma alternativa de assistência à saúde de recém-nascidos de baixo peso. Neste caso, não houve um agente central

que ditava as regras. No Comitê criado, cada um levava seus conhecimentos e informações.

O aporte do investimento social da Fundação Orsa foi consideravelmente menor em relação às demais instituições, com uma porcentagem de apenas 16,33% do total de R\$ 3,9 milhões. Não podemos negar que a Fundação Orsa também disponibilizou seus recursos humanos para a tarefa operacional do Projeto de Disseminação e os salários desses funcionários não estão contabilizados neste investimento. Contudo, para nossa surpresa, verificou-se que a publicidade da ação não foi direcionada pelo Ministério da Saúde ou pelo BNDES. A Fundação Orsa foi a que mais se beneficiou da publicidade, concentrando a atenção no seu investimento social ainda que minoritário.

A Fundação Orsa investiu apenas 16% do valor total do Projeto de Disseminação do Método Mãe-Canguru. O Estado foi o maior financiador deste projeto e aquele que teve menor visibilidade, através do Ministério da Saúde e do BNDES.

No caso do Programa de Desenvolvimento Econômico e Social de Serra Pelada, o investimento de aproximadamente 4 milhões de reais, alocados pela CVRD através do BNDES não resolveu os problemas sociais da população. O investimento social utilizado pela CVRD foi captado no BNDES através de empréstimo. A CVRD repassou esses recursos ao gerenciamento da Fundação Vale do Rio Doce e, esta contratou a Consultoria Diagonal Urbana para elaborar o Programa de Desenvolvimento Econômico e Social de Serra Pelada, que subdividiu o Programa em três Projetos (agrícola, educação e saúde). Cada Projeto foi subcontratado/terceirizado por outras instituições. Contudo, o investimento social realizado em Serra Pelada foi abalado com a interrupção em 2004 dos trabalhos realizados pelo Programa de Desenvolvimento Econômico e Social da CVRD.

As demandas criadas pela intervenção social não foram atendidas em face da descontinuidade do Programa, resultado do desinteresse econômico da empresa na região e do poder público, que ao invés de atuar ativamente, espera antes, pelo investimento social privado, em particular da CVRD.

O objetivo manifestado pela CVRD de intervir socialmente em Serra Pelada foi o de tentar afastar fatores como as doenças, a fome, a falta de educação, os conflitos sociais e todas as mazelas sociais que comprometem a imagem das atividades mineradoras da empresa. Como as relações econômicas da CVRD com Serra Pelada estão restritas, a responsabilidade social com a população foi limitada, pois mesmo diante da necessidade de se dar continuidade ao Programa a CVRD decidiu finalizar o Programa de Desenvolvimento Econômico e Social de Serra Pelada.

Em resumo, o Programa em de Serra Pelada mostra que a ação social de empresas sozinha não dá conta de responde a todas as demandas sociais. O papel do poder público local é de suma importância para a promoção do bem-estar dos cidadãos.

Encontramos ao longo da história brasileira, vários exemplos de ação social empresarial: a caridade de empresários beneméritos dispostos a mostrar sua riqueza e prestígio social através de donativos à Igreja Católica como parceiros mantenedores das Santas Casas de Misericórdia; a construção de vilas operárias por alguns industriais como forma de criar um ambiente de trabalho ordeiro no contexto do processo de industrialização do país; e a criação de instituições empresariais como o SESI que fornecia serviços assistenciais aos trabalhadores e seus familiares como forma de combate ao comunismo no contexto do pós-guerra.

Contudo, a atual modalidade de atuação social de empresas tem tentado se diferenciar da filantropia, que esteve por anos associada à caridade. A partir dos anos 90, as empresas formulam projetos ou criam “braços sociais” para formulá-los e compartilham seus propósitos com todas as partes interessadas (*stakeholders*) da empresa (acionistas, clientes, fornecedores e funcionários) e sociedade (comunidades e governos). Este investimento social privado tem muitas vezes atuado por meio de parcerias com o poder público e comunidades.

Os princípios motivadores desta solidariedade filantrópica foram se alterando frente às conjunturas políticas. Até os anos 70, a maioria dessas práticas sociais ou estavam ligadas à motivações religiosas ou circunscritas no espaço das relações entre capital e trabalho, com a idéia de que a solidariedade empresarial poderia gerar relações de fidelidade entre patrão e empregado e harmonia nessas relações sociais conflituosas e inerentemente contraditórias.

Enquanto no passado, a lógica das empresas incorporava valores de obediência, ordem e disciplina, hoje, algumas empresas passaram a valorizar a idéia de responsabilidade para com os trabalhadores e dela com a sociedade.

Diante das transformações no mundo contemporâneo, observamos três fatores que acreditamos ter convergido quase que simultaneamente para influenciar o discurso de alguns empresários dispostos a investir no social, por meio da idéia da responsabilidade social empresarial, os quais destacamos a seguir:

1) Acirramento da competição global. O avanço tecnológico aliado à abertura comercial criou o aumento de fluxos globais de mercadorias, capital e informações que, conseqüentemente, gerou o aumento da competição empresarial. Empresas que

antes atuavam em mercados altamente protegidos, passaram a sofrer competição de concorrentes nacionais e internacionais.

O aumento da competição internacional impulsionou padrões de desempenho produtivo e tecnológico para diferenciar as empresas no mercado. O conhecimento e a educação passaram a ser fatores fundamentais para o aumento da produtividade. Um laboratório de idéias se instalou nas grandes empresas para buscar tecnologias inovadoras e novas formas de gestão que trouxessem maior produtividade com menor custo. Foram criadas normas internacionais de qualidade nos serviços e produtos para assegurar uma política social e ambiental sustentável. Essas normas possibilitam as empresas a optarem por serem auditadas consensual e voluntariamente, como forma de demonstrarem seu diferencial no mercado quando adotam códigos de ética, padrões de qualidade e respeito aos direitos humanos.

Diversos organismos internacionais e agências de fomento econômico, como o BNDES, têm atuado no Brasil no sentido de sensibilizar as empresas a atuarem socialmente com governos e comunidades. O fator da competição internacional em alguma medida vai influenciar algumas empresas a aceitarem implementar ações sociais que impactem positivamente no desenvolvimento do país.

2) Mobilização da sociedade civil. Desde os anos 70 no Brasil, emergem novas formas de vocalização de grupos sociais que lutam por melhores condições de vida e saúde. São movimentos que surgiram no período marcado pela transição do regime militar à democracia e no interior de espaços urbanos. Esses movimentos não estão mais associados às condições estritas do âmbito territorial da empresa industrial; eles cresceram e se fortaleceram diante das condições precárias de vida urbana - desemprego, violência e acesso restrito aos bens públicos - principalmente nas periferias das metrópoles. A luta pela melhoria das condições de vida promoveu uma nova sociabilidade, a criação de laços de identidade comunitária diferentes da sociabilidade de amigos, parentes, vizinhos e da igreja.

Com o crescimento dos problemas sociais, esta comunidade passou a formalizar suas demandas de maneira mais abstrata reivindicando seus direitos de cidadania em contexto de democratização do país. Os movimentos sociais dos anos 70 tiveram um importante papel no processo de democratização do país, inclusive marcando fortemente a Constituição de 1988 nas disposições referentes à participação popular nas decisões sobre as políticas sociais e controle sobre o Estado.

Desta forma, aparece uma pluralidade de atores sociais disputando e convergindo seus próprios interesses diante das incertezas e da precariedade social. Contudo, conforme Petras (1999 *apud* MONTAÑO, 2002:272), o Banco Mundial -

como representante das idéias neoliberais - temendo a polarização da sociedade, aumentou a destinação de verbas para organizações não-governamentais nos anos 80 com o objetivo de cooptar as lideranças sociais e amortecer os ideários de luta que emergiam. Assim, observamos nos anos 90 um recuo das propostas emancipatórias desses movimentos sociais. Ao invés de pensar a sociedade como um todo, as organizações da sociedade civil passaram a elaborar projetos pontuais em parceria com o Estado mediante a força relativa, capital social e informações disponíveis de grupos que tivessem mérito para assegurar a negociação nesta parceria.

3) Alterações do modelo de Estado centralizador. Nos anos 80 ganha preponderância na agenda pública a idéia neoliberal da estruturação de um Estado mínimo, liberando as forças do mercado e “libertando” a energia da sociedade para arcar com a função social, seguindo valores de solidariedade voluntária, da auto-ajuda e da ajuda mútua. A matriz estadocêntrica passou a ser questionada como nociva ao desenvolvimento econômico e social do país. A natureza da intervenção estatal e os caminhos da reforma do Estado transformaram-se em grandes temas na agenda brasileira. Os anos 1990 se iniciam com a proposta de se radicalizar o corte com o modelo de intervenção do passado até alcançar uma reestruturação do papel do Estado, ainda em processo.

Dentre as condutas operadas na década de 90 pelo Estado brasileiro, destacamos: i) descentralização de funções anteriormente vinculadas ao governo federal, para os níveis estaduais e municipais; ii) utilização de mecanismos de mercado na gestão administrativa; iii) controle da dívida pública; iv) flexibilização (subcontratação/terceirização) das relações contratuais de trabalho e; v) privatização de empresas nacionais estratégicas.

A reforma do Estado vai sendo impulsionada para melhorar a capacidade de intervenção do aparelho estatal na economia e no sistema de proteção social. Dentre as propostas de políticas sociais está a concepção de governança entre Estado, mercado e sociedade civil para a produção de bens públicos. Nesse sentido, o Estado deve incentivar a co-responsabilidade com a sociedade civil organizada.

O incentivo à participação societária é resultado do entendimento neoliberal de que a interdição centralizadora do Estado é insuficiente para controlar a ação coletiva dos movimentos sociais que emergem por justiça social.

A máquina burocrática abre canais de comunicação e cria novas institucionalidades jurídicas que promovam a participação social. Assim, a energia solidária mobilizada para o enfrentamento dos problemas sociais cotidianos é

capturada para o interior do aparelho estatal com o objetivo de domesticar impulsos mais conflitantes de luta social.

Portanto, uma nova configuração institucional “sociocêntrica” é elaborada com a expectativa de que a transferência de responsabilidade do Estado para outras instâncias sociais pode tornar o Estado mais eficaz e eficiente para promover a coesão social e garantir a governabilidade.

Em síntese, esses três fatores associados, que convergem de maneira dinâmica, influenciaram as atuais condutas empresariais, por isso foi preciso uma mudança cultural no âmbito do empresariado disposto a mudar. Porém, nem todas empresas adotam a proposta da responsabilidade social no discurso ou na prática. A opção pela responsabilidade social empresarial refere-se à interpretação e aos valores culturais de cada empresa e de seus líderes, como também é necessário que a empresa tenha capacidade tecnológica e econômica para empreender inovações conectadas com as novas demandas da sociedade. A escolha de uma ou outra conduta empresarial está relacionada ao *ethos* empresarial construído através de processo histórico e institucional. As empresas podem rejeitar inovações ou se adaptar a elas. É o balanço realizado por cada empresa entre cálculo racional econômico, político, cultural e moral que impulsiona a conduta ética empresarial em relação aos trabalhadores, à comunidade, aos governos e a todos os envolvidos com a empresa.

Observamos que a triangulação da regulação social – entre Estado, mercado e comunidade – tem se modificado. No Brasil, em contexto de políticas sociais ineficientes e “excludentes”, formas tradicionais de ajuda mútua concreta e informais fundadas nas relações de parentesco e nos laços comunitários sempre ocuparam um lugar decisivo na sobrevivência da população desassistida pelo Estado.

A partir dos anos 70, no Brasil, esta solidariedade comunitária se formalizou e ultrapassou os limites do espaço doméstico para alcançar o espaço público de maneira contestatória, por meio de movimentos sociais que lutaram pelos seus direitos em contexto democrático.

Nos anos 90, a dinâmica contestatória desses movimentos perdeu vigor e se integrou ao Estado ou às organizações não-governamentais que muitas vezes representam a institucionalização de movimentos sociais. Por outro lado, os cidadãos se tornaram mais exigentes em relação aos serviços e produtos oferecidos pelo Estado e pelas empresas.

Ao mesmo tempo, o Estado passou a descentralizar política e administrativamente sua intervenção social e a demandar a participação, a co-responsabilidade e a solidariedade cidadã. Criou nos anos 90 arranjos institucionais complexos, capazes de facilitar a representatividade da sociedade civil organizada. O

Estado vem construindo mecanismos de regulação para essas instituições com o objetivo de equalizar juridicamente suas atividades e garantir sua parceria com o poder público.

A mobilização de comunidades organizadas e sua articulação com o Estado e organismos internacionais despertaram a atenção de alguns empresários. Criou-se um espaço para as empresas se inserirem no novo contexto político para buscarem um novo posicionamento de poder na sociedade.

As empresas - por mais paradoxal que pareça ser diante da expansão do mercado, de seu poderio e complexidade - passaram a ter que enfrentar desafios éticos para a dimensão econômica, ambiental e social dos negócios. Necessitam assim, se articular com governos e com comunidades. Inicia-se, assim, a ampliação normativa da responsabilidade social empresarial como uma matriz orientadora estratégica das empresas para se manterem no mercado altamente competitivo e com uma regulação social em processo de mudanças. Desta forma, é que iremos observar a expansão da idéia da responsabilidade social empresarial no Brasil.

Hoje, no Brasil, a idéia da responsabilidade social empresarial tem sido incentivada pelo próprio Estado. Há que ressaltar que existem empresas que ainda resistem em envolver-se com entidades governamentais e preferem elaborar autonomamente seus projetos sociais ou em parcerias com organizações não-governamentais. Contudo, diversos organismos internacionais e agências de fomento econômico têm buscado sensibilizar as empresas para atuarem em parcerias com governos e comunidades na produção de projetos e políticas de bem-estar social, até mesmo como exigência de contrapartida para financiamento para as atividades econômicas das empresas. Desta forma, a maioria das empresas quando empreendem ações sociais se articulam através de redes de parcerias com o poder público e/ou com comunidades, como forma de demonstrarem sua disponibilidade de diálogo com outras instâncias.

Quando as empresas investem em ações sociais para comunidades de baixa renda em parceria com o Estado, elas não estão atuando com a mesma obrigatoriedade do Estado nem tampouco com uma solidariedade similar oriunda dos laços comunitários. Contudo, essas ações são capazes de abrir um outro pólo de providência que transpassa o mundo do capital e do trabalho, da cidadania e das subjetividades coletivas.

Mesmo não controlando matematicamente o lucro que pode advir de suas ações sociais, a empresa faz o cálculo de acordo com os seus interesses, num jogo cooperativo que considera os interesses coletivos e onde todos possam ganhar de alguma forma.

Cabe reconhecemos que esta solidariedade utilitarista empresarial está relacionada aos vínculos com outras institucionalidades da coordenação social, na medida em que a solidariedade se desenvolve em interface com o Estado e com a comunidade na dinâmica da regulação social.

É desta maneira que as empresas avançam no espaço público da solidariedade comunitária deslocando a relação cliente-consumidor (própria das empresas) para o espaço da cidadania, gerando uma outra relação: a de consumidor-cidadão. As empresas capturam tanto os valores tradicionais de justiça social do Estado, que não tem mais capacidade e interesse de arcar sozinho com essa responsabilidade, quanto absorve os valores de ajuda mútua da comunidade.

Diante do risco político desta solidariedade empresarial enfraquecer o espaço público na luta pelos direitos de cidadania, este só poderá ser enfrentado em situações concretas entre Estado – que controla, fiscaliza e protege o bem público – e a comunidade beneficiária. As opções das lideranças políticas nacionais e governamentais são aspectos decisivos na definição das políticas sociais necessárias a serem implementadas. Ignorar o peso do Estado dessas conduções, implica isentar os governos de sua responsabilidade pelas decisões tomadas e seus resultados. Desta forma, acreditamos que o investimento social privado só terá malefícios enquanto houver um Estado parálfico e uma comunidade alheia aos negócios públicos.

Sendo esta uma concepção idealizada, ficamos com a percepção de que, na prática, estamos desenvolvendo importantes arranjos institucionais que nos obriga a revisar categoricamente o modelo de coesão social que queremos para o País.

Tendo em vista que, nos últimos anos, há um incentivo do próprio Estado brasileiro ao apoio financeiro das empresas à ações sociais, antes restrita ao poder público, aproveito para fazer uma observação, que diz respeito à avaliação que o poder público (não) vem fazendo em relação a esses investimentos sociais privados. Observa-se que o fomento e incentivo estatal para a cooperação social empresarial não tem sido desenvolvido com o mesmo grau e intensidade em relação à avaliação destes incentivos. Ou seja, o poder público não está na mesma dimensão avaliando a parceria privada como política pública. Não têm sido criados instrumentos para o planejamento, nem tampouco têm sido elaboradas análises financeiras da alocação dos incentivos fiscais subsidiados para esses investimentos.

Desta forma, o que observamos é que essas práticas sociais empresariais rumam a um processo de subjetivação de privatização do bem público, sem nenhum controle do Estado. Resta-nos perguntar: o investimento social empresarial brasileiro, realizado através de incentivos fiscais, tem por objetivo prover o bem-estar

individualmente ou fortalecer o Estado para que ele garanta a universalidade desta provisão?

Percebo que não há, no momento, meios de estancar a idéia da responsabilidade social empresarial. Ela está em franca expansão. Portanto, urge um aparato estatal preservado e a necessidade de serem implementados instrumentos de avaliação do poder público sobre a maneira como está sendo realizado o investimento social privado de empresas ditas socialmente responsáveis. Ou seja, em que medida as leis de incentivo fiscal e dos subsídios estatais estão contribuindo efetivamente no campo social?

Referências Bibliográficas:

BERNOUX, Philippe (1995), *A sociologia das empresas*. Paris/Porto: Éditions du Seuil/RÉS-Editora, 1995.

BNDES. *BNDES SOCIAL*, nº7. "A experiência da área de desenvolvimento social no período 1996-2002, 2002.

BNDES. *BNDES SOCIAL*, n. 1. Método mãe-canguru de atenção ao prematuro, 2001.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *El nuevo espíritu del capitalismo*. Madri: Akai, 2002.

CASTELLS, Manuel. Para o estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação". In PRESSER PEREIRA; WILHEIM; SOLA, L. (Orgs.) *Sociedade e estado em transformação*. Brasília: ENAP e São Paulo: Editora UNESP e Imprensa Oficial de São Paulo, 2001.

CHEIBUB, Zairo B. e LOCKE, Richard M. Valores ou Interesses? Reflexões sobre a Responsabilidade Social das Empresas. In KIRSCHNER, GOMES E CAPPELLIN (Orgs.). *Empresa, empresários e Globalização*. Rio de Janeiro: FAPERJ e Relume Dumará, 2002.

COMPANHIA VALE do RIO DOCE. Fundação Vale do Rio Doce. Programa de Desenvolvimento Econômico e Social de Serra Pelada, 2004.

COMTE-SPONDEVILLE, A. *O capitalismo é moral?*. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 2005.

COSTA, Maria Alice Nunes. Samba e solidariedade. capital social e parcerias nas políticas sociais da Mangueira. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros, SENAI, 2002.

COSTA, Maria Alice Nunes (2006), *As mudanças empresariais no Brasil Contemporâneo: o investimento social privado é uma nova forma de solidariedade?* Tese de Doutorado. Instituto de Planejamento Urbano e Regional (UFRJ/IPPUR).

GRAU, Nuria C. Repensando o público através da sociedade: novas formas de gestão pública e representação social. Rio de Janeiro: Editora Revan, Brasília: ENAP, 1998.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS (GIFE). Investimento Social Privado – Perfil e catálogo dos associados. São Paulo : GIFE, 2001.

GRUPO ORSA. Balanço Social de 2004.

HENDERSON, David. *Misguide Virtue: false notions of corporate social responsibility*. London: The Institute of Economic Affairs, 2001.

KIRSCHNER, Ana Maria (1998), "A Sociologia diante da globalização: possibilidades e perspectivas da Sociologia da empresa", *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política*, nº 1, 1º. sem./1998, Niterói: EDUFF, p. 19-30.

LECHNER, Norbert. Tres formas de coordinación social". In *Revista de la CEPAL*, 61, Abril, 1997.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. Industrial associations and politics in Brazil: the association of industrialists, economic policy-making and the State (1930-1961). (Tese de Doutorado). Universidade de Oxford, 1984.

PAOLI, M. Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) *Democratizar a democracia – os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. *A nova questão social: repensando o estado providência*, Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Ed.Cortez, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. Porto: Ed. Afrontamento, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. "Beyond Neoliberal Governance: The World Social Forum as Subaltern Cosmopolitan Politics and Legality", in Boaventura de Sousa Santos e César Rodríguez-Garavito (orgs.), *Law and Globalization from Below: Towards a Cosmopolitan Legality*. Cambridge: Cambridge UP, 2005.